



REVISTA DE CIÉNCIAS SOCIAIS

Civitas - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 1519-6089

civitas@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul

Brasil

Lima, Jacob Carlos; Vargas Cortes, Soraya Maria

A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais

Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 13, núm. 3, septiembre-diciembre, 2013, pp. 416-435

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74229986002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Dossiê: Disciplinas e profissões em debate

A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais

Sociology in Brazil and the interdisciplinarity in the social sciences

Jacob Carlos Lima
*Soraya Maria Vargas Cortes**

Resumo: A interdisciplinaridade na Sociologia é constituinte de sua formação como disciplina acadêmica. Essa característica estimula a discussão sobre suas especificidades teórico-metodológicas, a formação de uma cultura disciplinar e ao debate corporativista sobre quais seriam as particularidades de seu campo de conhecimento. A ciência síntese, proposta por Comte, desde seu início, incorporou as contribuições das outras ciências humanas e mesmo das chamadas ciências duras. No Brasil, a Sociologia surge como sinônimo de ciências sociais. Antropologia, Ciência Política e Sociologia conviveram em um mesmo campo construindo espaços comuns de discussão ao mesmo tempo em que paralelamente fortaleciam-se as trajetórias disciplinares. A partir dos anos 1990 houve a expansão da pós-graduação brasileira, o crescimento de cursos de graduação e pós-graduação, assim como a consolidação das associações profissionais nas três áreas disciplinares das ciências sociais. Ocorreu ainda a ampliação da formação pós-graduada interdisciplinar em ciências sociais que incorpora as contribuições da Economia, da História, da Geografia e de outras disciplinas afins. Temos como argumento central deste artigo que, embora a interdisciplinaridade apresente-se como o futuro da investigação científica e imponha limites aos excessos da especialização, paradoxalmente, a solidez disciplinar torna a interdisciplinaridade mais efetiva. Analisamos esse processo no

* Jacob C. Lima é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e realizou pós-doutorado no Department of Urban Studies and Development do Massachusetts Institute of Technology; é professor de Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, em São Carlos, SP, Brasil, e Coordenador da Área de Sociologia na Capes. Atua em pesquisas nas áreas de Sociologia do Trabalho, Econômica e do Desenvolvimento <jacobl@uol.com.br>. Soraya Vargas Cortes é doutora em Social Policy pela London School of Economics and Political Science; é professora de Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, RS, Brasil, Coordenadora Adjunta da área de Sociologia da Capes e presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia. Concentra a docência e pesquisa na área de Sociologia Política, particularmente em políticas públicas e processos participativos na gestão pública <cortes.soraya@gmail.com>.

Brasil, focalizando a formação pós-graduada em Sociologia e em Ciências Sociais, utilizando os dados disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), do Ministério da Educação do Brasil.

Palavras-chaves: Sociologia no Brasil. Ciências Sociais no Brasil. Pós-graduação no Brasil. Interdisciplinaridade.

Abstract: The interdisciplinarity constitutes sociology as an academic discipline. This characteristic stimulates the discussion about its theoretical and methodological specificities, the formation of a disciplinary culture and the corporatist debate on what would be its peculiarities as a field of knowledge. The synthetic science, as proposed by Comte, since the start encompassed contributions of other human science and also of the hard sciences. In Brazil, sociology was synonymous of social sciences. Anthropology, political science and sociology shared the same field, building up common forums of discussion while, at the same time, strengthened their disciplinary trajectories. Since the 1990s, graduate studies expanded in Brazil; there was also the growth of graduate programs, undergraduate courses and professionals associations in the three areas. There was the growth of graduate education encompassing the contributions of the economy, geography and of other similar disciplines. We argue that, however the interdisciplinarity is the in the future of scientific investigation and can give limits to overspecialization, paradoxically solid disciplines make interdisciplinarity more effective. In this we analyze this process in Brazil, focusing the graduate courses in sociology and social science, using data from Coordination for the Improvement of Personal in Superior Education (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Capes), of the Ministry of Education of Brazil.

Keywords: Sociology in Brazil. Social Science in Brazil. Graduate Studies in Brazil. Interdisciplinarity.

Introdução

Este artigo examina a questão da disciplinaridade *versus* interdisciplinaridade na Sociologia do Brasil, considerando o modo como as Ciências Sociais se constituíram e atualmente se organizam no país, tendo em vista a expansão e especialização contínua do ensino e pesquisa nas áreas disciplinares que a integram: a própria Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia. Não tem a pretensão de discutir as origens do pensamento sociológico no país e sim a institucionalização da disciplina, enquanto formação e profissionalização, tendo como foco analítico a formação pós-graduada.

A Sociologia como disciplina nasceu com a ambição de se tornar a ciência geral da “sociedade”, objeto em torno do qual foi construído um acordo mínimo que permitiu a institucionalização da disciplina (Wickham, 2012). Porém, outras disciplinas, que abordam este objeto por meio de lentes teóricas e tradições teóricas metodológicas diversas, tiveram desenvolvimentos

paralelos, embora não isolados, que resultaram na institucionalização de múltiplos campos disciplinares que irão organizar o ensino e a pesquisa sobre o que chamamos de sociedade tanto em outros países como no Brasil. Assim consideraremos que contrapor disciplinaridade e interdisciplinaridade produz uma falsa questão uma vez que inter, multi, pluri e transdisciplinaridade pressupõem e constituem a própria disciplinaridade.

De fato, a questão epistemológica envolvida nesse debate se refere à unidade versus a diversidade da ciência: interdisciplinaridade seria possível ao se conceber “a” ciência como única, a disciplinaridade reafirmaria as distinções entre “ciências” (Laurent, 2010). Porém, para os estudiosos que contribuem para o processo de integração do conhecimento científico, a questão não tem muita importância. A cooperação entre as disciplinas tem produzido um relativo consenso que considera os termos pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade tendem a significar a crescente integração das abordagens disciplinares, embora não haja acordo sobre o objeto dessa integração (Laurent, 2010; Pombo, 2004). Na prática, o contexto social da produção científica e tecnológica, de crescente complexidade e de novas configurações de saberes, induziu acadêmicos a construir problemas de pesquisa, e mesmo de organizar o modo de produzir ciência “a partir da transferência de metodologias e da produção coletiva entre áreas e campos muitas vezes considerados distintos” (Oliveira e Almeida, 2011, p. 47). Compartilham-se *insights* teóricos e metodologias de investigação no intuito de produzir sínteses para enfrentar os desafios apresentados por essa complexidade combinada à fragmentação associada à tendência à superespecialização.

A análise aqui empreendida focaliza como esse aparente paradoxo, crescente disciplinaridade e interdisciplinaridade, se manifesta no processo de expansão da pós-graduação em Sociologia e em Ciências Sociais no Brasil, nas últimas duas décadas. Nesse período assistimos a um crescimento vertiginoso dos programas de pós-graduação no Brasil que reflete investimentos na formação de pessoal qualificado para a docência e pesquisa. Em 2013 existiam 3.319 Programas no país, entre aqueles que congregam mestrados acadêmicos e doutorados; e outros que se organizam apenas como doutorados, como mestrados acadêmicos ou como mestrados profissionais (Capes, 2013). Nesse processo se verificam duas tendências: a) de um lado, há o reforço à disciplinaridade, com a consolidação da formação pós-graduada em disciplinas científicas tradicionais; b) de outro se observa um grande incentivo à interdisciplinaridade, não apenas no interior das áreas disciplinares, como também por meio da criação de cursos com propostas interdisciplinares. Assim,

a pós-graduação brasileira procura acompanhar as rápidas transformações tecnológicas e também as novas formas de abordagem de problemas e questões científicas.

A Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, passaram por um processo de crescimento e fortalecimento como disciplinas nas duas últimas décadas, ao mesmo tempo em se multiplicaram cursos e programas de Ciências Sociais que englobam essas três disciplinas. Esse quadro de crescimento exige que repensem o que estamos chamando de “Ciências Sociais” *stricto sensu*. Isto porque Sociologia e Ciências Sociais, por muito tempo, foram entendidas e utilizadas como sinônimos ou as Ciências Sociais foram tratadas como um ramo da Sociologia, como evidencia a afirmação de Peirano (2000, p. 219) de que a Antropologia no Brasil, por muito tempo, foi considerada como “uma costela da Sociologia, então hegemônica”.

No Brasil, a ideia comtiana de Sociologia como a ciência geral da sociedade, predominante quando da institucionalização inicial da disciplina – não apenas no país (Turner, 2012) – prevaleceu nas lutas pela regulamentação da profissão, na criação dos sindicatos dos sociólogos que incorporaram os “cientistas sociais” – sociólogos, antropólogos e cientistas políticos – assim como nas lutas pelo retorno da Sociologia aos currículos do ensino médio.

A disciplina de Sociologia foi introduzida no então “ensino secundário” em 1891, logo após a proclamação da República com o objetivo de colaborar com o processo de laicização da educação proposta pelo movimento republicano. A partir dos anos 1940, com o advento do Estado Novo, este objetivo foi substituído por outros: o fortalecimento da unidade nacional e a obediência à lei. Nesse contexto, a Sociologia perdeu espaço no ensino escolar (Meucci, 2000). Mesmo com o retorno à normalidade democrática no pós 1945, o ensino de Sociologia tornou-se secundário. Em 1971, a reforma educacional promovida pelo regime militar instaurado em 1964 tornou o ensino médio profissionalizante, retirando a Sociologia dos currículos escolares. Com a redemocratização do país, em 1985, a Sociologia retornou ao ensino médio como disciplina facultativa, sendo que, em 2009, tornou-se disciplina obrigatória. Vale destacar que o conteúdo da disciplina, proposto pela Sociedade Brasileira de Sociologia, tem o caráter de “Ciências Sociais”, incluindo temas da Antropologia e a Ciência Política. Assim como a Sociologia no ensino médio mantém o conteúdo de ciências sociais, a regulamentação da profissão do sociólogo estabelece que o exercício da profissão de sociólogo é assegurado para os bacharéis e/ou licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais. Considerando que a formação

graduada é majoritariamente em Ciências Sociais, as três disciplinas estão contempladas.

Para demonstrar a amplitude do campo da Sociologia, onde disciplinaridade e interdisciplinaridade crescem e se fortalecem paralelamente, e as relações com a Antropologia e a Ciência Política, que juntas compõem o que chamamos de Ciências Sociais *stricto sensu*, destacamos a sua consolidação a partir da formação de um sistema de pós-graduação no qual o ensino e a pesquisa se expandem e se especializam, indicando novos caminhos para essas três disciplinas. Para tanto utilizamos, além da bibliografia de referência sobre a história da Sociologia e das Ciências Sociais no Brasil, dados fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), instituição responsável pela regulação e avaliação da pós-graduação vinculada ao Ministério da Educação.

A Capes foi criada em 1951, e desde então é responsável pela autorização e acompanhamento dos cursos de pós-graduação no Brasil. O princípio que rege seu funcionamento é avaliação pelos pares, que analisam propostas de novos cursos, projetos diversos visando a melhoria da pós-graduação, solicitações de bolsas para estudantes no país e no exterior e realizam a avaliação trienal de todos os cursos credenciados. Essa avaliação implica no acesso a verbas para os programas e bolsas para seus estudantes. Existem 48 áreas de conhecimento estruturadas, dentre as quais a de Sociologia e Ciências Sociais. Os coordenadores de Área são indicados pelos coordenadores de programas de pós-graduação, e todos os comitês de avaliação são compostos por docentes desses programas distribuídos pelo país. A Capes mantém toda documentação sobre a expansão da pós-graduação, assim como o histórico da evolução dos diversos cursos e áreas de conhecimento. Junto com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), ela é responsável pela qualificação de docentes e pesquisadores no país.

A Sociologia no Brasil e a expansão da pós-graduação

Embora já houvesse no país cátedras de Sociologia em Escolas Normais (1924-25), a institucionalização acadêmica da Sociologia no Brasil iniciou-se em São Paulo, com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (ESPSP) em 1933, e com a criação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 (Liedke Filho, 2005; Maia, 2011). Duas importantes matrizes do pensamento sociológico ainda hoje muito influentes no Brasil estavam presentes nesse momento inicial: as sociologias dos Estados Unidos e da França. Cientistas sociais norte-americanos marcaram a constituição da Escola Livre

de Sociologia e Política. Nessa instituição destacou-se a influência acadêmica de Horace Davis e Samuel Lowrie, na primeira fase da Escola, entre 1933 e 1939, com estudos de Sociologia aplicada numa perspectiva de reforma social, e a partir daí, a influência de Donald Pierson, que iniciou uma segunda fase, que vai até a década de 1950, com os estudos de comunidade, todos dentro da tradição da Escola de Chicago. O foco dos interesses de pesquisa eram os estudos de comunidade, com o objetivo de realizar um tratamento sistemático de dados sobre a transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna-industrial, assim como a busca pela profissionalização da disciplina marcada pela indissociabilidade entre teoria e empiria (Liedke Filho, 2005; Simões, 2009). Para Simões, Pierson com seus contatos trouxe o apoio de fundações norte-americanas como o Smithsonian Institute a partir da criação, em 1941, da Divisão de Estudos Pós-Graduados, posteriormente a Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, pioneira na pós-graduação e que funcionou até o início da década de 1980, quando foi descredenciada.

Na Universidade de São Paulo, merece destaque a missão francesa, da década de 1930, que se efetivou em três fases. Na primeira, em 1934, foram contratados seis professores originários de universidades e liceus franceses: Emile Coornaert (História), Pierre Deffontaines (Geografia), Robert Garric (Literatura Francesa), Paul-Arbousse Bastide (Sociologia), Étienne Borne (Filosofia e Psicologia) e Michel Berveiller (Literatura Greco-latina). Apenas dois, Berveiller e Arbousse-Bastide renovaram os seus contratos no ano seguinte. Na segunda fase, que se estendeu 1935 a 1937, os professores contratados por três anos eram jovens sem experiência no ensino superior, mas tiveram forte influência na organização inicial dos cursos e na definição da agenda de interesses de pesquisa da Sociologia da USP nas décadas seguintes. Dentre eles sobressaíram-se Pierre Monbeig (Geografia), Fernand Braudel (História, o único já docente), Pierre Hourcade (Literatura Francesa), Jean Maugué (Filosofia), Claude Lévi-Strauss (Sociologia) e François Perroux (Economia). A terceira fase, a partir de 1938, foi composta de professores mais experientes como Roger Bastide (que substituiu Lévi-Strauss), Jean Gage (substituindo Braudel), Alfred Bonzon (Literatura Francesa) e Paul Hugon (Economia) (Fundação Biblioteca Nacional, 2009).

Nos anos 1930, e durante as décadas seguintes, as Ciências Sociais e a Sociologia passaram por um processo rápido de desenvolvimento e institucionalização acadêmica. Foram criados vários cursos de Sociologia a partir do modelo da Escola Livre de Sociologia e Política, em Campina Grande, Natal, Rio de Janeiro (PUC) e de Ciências Sociais como o da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1934, e, ao longo dos anos

seguintes, em cidades distantes dos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste.

Foram criados cursos de pós-graduação em Sociologia na Escola Livre de Sociologia e Política, em 1941, e na USP, em 1945. Iniciava-se a “fase científica” da Sociologia brasileira (Azevedo, 1973; Fernandes, 1958; Segatto e Bariani, 2010). Porém, é importante observar que até os anos 1960 não havia uma nítida distinção entre a Sociologia e as demais Ciências Sociais (Reis, 1996; Sallum, 2002; Segatto e Bariani, 2010); “a Sociologia predominava e se sobreponha à Ciência Política e até mesmo à Antropologia, a confundir-se, muitas vezes, com a Economia e a História” (Segato e Bariani, 2010, p. 202) ou com uma Sociologia Política do Desenvolvimento (Sallum, 2002). Importante para a consolidação do campo disciplinar da Sociologia foi criação de sua associação científica. Em 1937, foi fundada a Sociedade Paulista de Sociologia e, em 1950, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Seu primeiro congresso ocorreu em 1954, na cidade de São Paulo, com o tema “O ensino e as pesquisas sociológicas: organização social, mudança social”. O segundo aconteceu oito anos depois, em 1962, na cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de realizar um balanço da produção sociológica no Brasil. As atividades da Sociedade foram interrompidas entre 1964 a 1985, período da ditadura militar. Em 1987, foi realizado o terceiro congresso de Sociologia, em Brasília, com o tema “Sociologia, Sociologias”. A partir daí, os congressos passaram a ter periodicidade bianual, sempre em cidades diferentes (SBS, 2013).

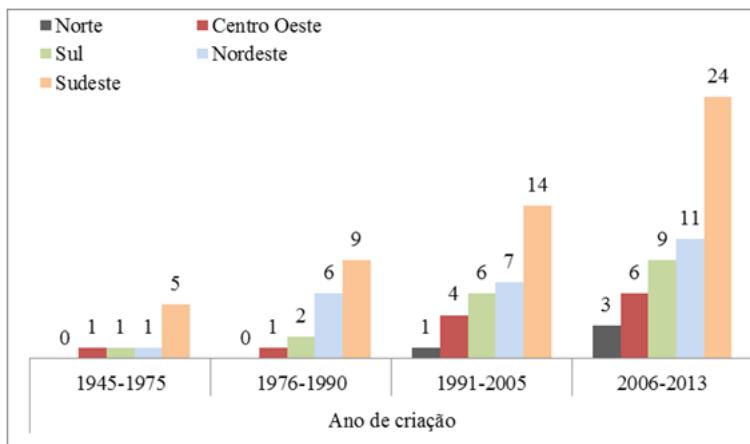
A organização associativa das outras disciplinas das Ciências Sociais foi mais tardia. A primeira reunião brasileira de Antropologia aconteceu no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1953, e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi fundada na segunda reunião realizada em Salvador, em 1955. Até o golpe militar de 1964, seis encontros foram realizados. As reuniões não foram interrompidas com o golpe, mas sua realização foi espaçada como consequência dos expurgos de professores nas universidades. Em 1966, no simpósio sobre a biota amazônica, em Belém, foi eleita nova diretoria e efetivamente suspensas as atividades da associação, retomadas oito anos depois, no nono encontro, em Florianópolis, em 1974. Com a reorganização da entidade, os congressos passaram a ser bianuais e em cidades distintas, tal qual a SBS (ABA, 2013).

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) é ainda mais recente. Foi fundada em 1986, e seu primeiro encontro ocorreu no Rio de Janeiro, em 1998 (ABCP, 2013). Podemos dizer que é a disciplina que acompanhou a Sociologia por mais tempo. Ainda hoje é frequente encontrarmos programas

pós-graduação de Sociologia e Política¹ e de Sociologia e Antropologia.² A partir dos anos 1990 aumentou significativamente o número de titulados e de mestrados e doutorados na área.³

Embora a Pós-graduação em Sociologia da Escola Livre de Sociologia e Política e da USP existissem desde a década de 1940, os demais cursos na área surgiram a partir dos anos 1960. Entre 1967 e 1974 foram criados mais seis cursos, três deles na região Sudeste do país (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), um na Região Centro Oeste, no Distrito Federal (Universidade de Brasília), e outros dois distribuídos nas regiões Nordeste (Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal da Bahia) e Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Como pode ser observado no Gráfico 1, o crescimento no número de cursos criados acelerou-se principalmente a partir da década de 1990, com a expansão do ensino superior e maiores exigências quanto a titulação dos professores pelo Ministério da Educação.

Gráfico 1. Distribuição dos cursos de pós-graduação em Sociologia e Ciências Sociais por período de criação, segundo as grandes regiões – Brasil



Fonte: Capes, 2013.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual do Norte Fluminense e Universidade de Vila Velha.

² Na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal do Pará.

³ Vale destacar que a Constituição de 1988 o reconhecimento dos “direitos culturais” de grupos indígenas, quilombolas e outras minorias, implicou na presença de antropólogos na elaboração de laudos diversos voltados a essa população e participação em instituições e órgãos governamentais, ampliando o mercado de trabalho desses profissionais.

No entanto, a criação das condições institucionais para essa expansão ocorreu sob a égide da reforma universitária de 1968 que, se por um lado modernizou o ensino superior no país, articulando o ensino e a pesquisa, por outro, abriu as portas para sua privatização e para a criação de um “mercado” acadêmico de vagas em faculdades isoladas dedicadas unicamente ao ensino (Martins, 2009). Importa destacar aqui o impacto da reforma na criação de condições para que universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais passassem a articular as atividades de ensino e pesquisa, abolissem as cátedras vitalícias e introduzissem o regime departamental. A reforma levou ainda à institucionalização da carreira acadêmica e à constituição de uma política nacional de pós-graduação.

O impacto maior da reforma foi sobre os programas de pós-graduação em Sociologia da USP e da Escola Livre de Sociologia e Política, que funcionavam desde a década 1940. Até 1968, na pós-graduação da USP, e até os anos 1980, na escola de Sociologia e Política, vigorava o modelo europeu tutorial. A partir da reforma de 1968, de inspiração norte-americana, torna-se hegemônico, sendo o único reconhecido pelos órgãos federais de acreditação e de fomento à pesquisa. Este modelo conformou a expansão pós-graduação no país. Na área de Ciências Sociais, foram criados cursos de Sociologia, seguidos por cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, que se propunham a integrar as três disciplinas básicas da área – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – e cursos disciplinares em Antropologia e Ciência Política.

Durante o período militar, constituiu-se o sistema de universidades federais e estabeleceu-se uma política de pós-graduação. A repressão política, diferentemente do que aconteceu em países vizinhos, como a Argentina, não fechou os cursos de Ciências Sociais. Ao contrário, esses cresceram quantitativamente, se consolidando após a redemocratização. É interessante observar que na década de 1990, com as transformações políticas e econômicas do período chamado de neoliberal, assistiu-se a uma forte discussão no campo das Ciências Sociais sobre o declínio e crise da Sociologia, o que estaria expresso no fechamento de departamentos nos Estados Unidos e outros países. No Brasil, em contraste, nesse período, houve um incremento nos cursos de graduação e pós-graduação, na pesquisa em Ciências Sociais e mesmo do mercado de trabalho para os profissionais da área. Expansão que continuou na década seguinte.

A maioria dos programas de Ciências Sociais foram criados devido à inexistência, em número suficiente, de pessoal formado em cada uma das

três disciplinas básicas que permitisse a constituição de programas por área disciplinar específica. Com o aumento da oferta de doutores com titulação ou interesses de pesquisa disciplinar, ao longo dos anos 2000, a situação foi se alterando progressivamente, e houve a expansão no número de programas em Ciência Política e em Antropologia (Capes, 2012).

Dessa forma, o campo das Ciências Sociais no Brasil tendeu a se aproximar do modelo disciplinar dos Estados Unidos, no qual Sociologia, Política e Antropologia tiveram trajetórias próprias, tanto em termos acadêmicos, como de habilitação profissional. Naquele país departamentos específicos oferecem formação graduada e pós-graduada em cada uma dessas disciplinas. Situação encontrada também em vários países europeus e latino-americanos. Como no Brasil, também nesses países, tratava-se da constituição de cada uma dessas ciências sociais como “disciplina”, o que, em parte dependia de sua institucionalização nas universidades e da consolidação de suas entidades nacionais acadêmicas (Turner, 2012).

Vale destacar que o modelo da Escola de Sociologia e Política (ESPSP) refletia, em grande medida, a integração das disciplinas Sociologia e Antropologia, que, inicialmente, compartilharam o mesmo departamento. A criação da Divisão de Estudos Pós Graduados da ESPSP “foi beneficiada pelos fundos do Instituto de Antropologia Social do Smithsonian Institute e os projetos implementados pouco diferenciavam a Sociologia da Antropologia. Antropólogos como Herbert Baldus, Kalervo Oberg, Emilio Willians e Radcliffe-Brown ministraram cursos na ESPSP, assim como participaram da fundação da revista *Sociologia*, que foi publicada de 1939 até 1966” (Simões, 2009, p. 41). Simões, citando Castro Faria (1993) e Antônio Cândido (1958), afirma que esse período representou uma colaboração importante entre linhas de pesquisa nas áreas de Sociologia e Antropologia, uma “incorporação germinativa” entre ambas, “uma sociologia muito antropológica, ou uma antropologia muito sociológica”. A partir do final dos anos 50, com a perda de financiamentos e com a conjuntura política nacional marcada pelo golpe militar de 1964, essa complementaridade das disciplinas perdeu nitidez, assim como a referência internacional. A expansão das Ciências Sociais, a partir dos anos 1970, se deu num contexto da construção do sistema de pós-graduação no país e das especializações disciplinares (Simões, 2009). Destaca-se nesse momento o apoio da Fundação Ford às Ciências Sociais brasileiras, não apenas a centros de pesquisa como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDoc), mas também a programas de pós-graduação emergentes na área de Ciência Política, Antropologia e de

Sociologia, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, na Universidade Federal de Pernambuco, na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade de Campinas, entre outros centros e instituições (Miceli, 1993).

Esse quadro de aproximação-separação das três disciplinas das “Ciências Sociais” não aconteceu apenas no Brasil. Se referindo ao caso francês, Beaud e Weber (2010[1997]) destacam a complementaridade entre Sociologia e Antropologia dentro da Escola Durkheimiana, que desapareceu, a partir dos anos 1930, com a crescente quantificação das enquetes sociológicas, segundo o padrão norte-americano. Foi o resultado também da cristalização de tradições teóricas específicas e de interesses acadêmicos corporativos. Situação que se alterou com o que seria a redescoberta da etnografia pela sociologia francesa já nos anos 1980, com uma recuperação do interacionismo simbólico da Escola de Chicago e um retorno de temáticas urbanas como a imigração, integração, conflitos culturais e raciais e outros, agora prementes no contexto francês. A etnografia sociológica passa a ser vista como um reencontro entre a Sociologia e a Antropologia. A defesa da “etnografia sociológica” aparece também em estudos de Burawoy (2000), representante da Sociologia crítica norte-americana.

No Brasil, a partir dos anos 80, as áreas de Antropologia e Ciência Política organizaram-se no sentido de buscar especificidade de formação e atuação. Um dos resultados desse movimento foi o surgimento de departamentos e programas de pós-graduação em Sociologia, Antropologia e Ciência Política como desdobramentos de antigos departamentos e/ou de programas de pós-graduação em Ciências Sociais. Nas décadas seguintes, observa-se inclusive a criação de cursos de graduação em Antropologia e de Ciência Política, sendo que a área de Antropologia tem sido a mais ativa, com a criação e consolidação, desde a década de 2000, de sete cursos de graduação.⁴ Essa estratégia de individuação disciplinar tem sido apoiada pelas entidades da área como a Associação Brasileira de Antropologia e a Associação Brasileira de Ciência Política,⁵ embora não de forma consensual. Na pós-graduação, a Ciência Política passou de 10 programas (Política

⁴ São eles: Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal de Minas Gerais; Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Amazonas.

⁵ Graduação em Ciência Política: Universidade de Brasília (1989), Universidade Federal de Pernambuco (2012); Universidade do Distrito Federal; Universidade Luterana do Brasil e outras escolas particulares que abriram e fecharam (Universidade de Fortaleza) ou encontram-se em fase de abertura de cursos.

e Relações Internacionais) no período de 1998-2000 para 33 programas (15 de Política e 10 de Relações Internacionais e oito temáticos). No caso da Antropologia, de 12 para 26 (22 de Antropologia e quatro de Arqueologia).

Há, no entanto, um novo tipo de movimento, que cresceu na última década, que é o da constituição de cursos de pós-graduação cuja perspectiva interdisciplinar ultrapassa os limites do que entendemos como Ciências Sociais, incorporando disciplinas pertencentes ao campo das ciências sociais aplicadas e de humanidades, tais como a História, a Geografia, a Literatura, o Direito, a Filosofia.

A expansão da pós-graduação em Ciências Sociais, de caráter disciplinar, interdisciplinar ou nas áreas de ciências sociais aplicadas e de humanidades, faz parte de uma tendência de crescimento do ensino pós-graduado no país. Assim, no bojo dessa expansão, a tensão entre disciplinaridade e interdisciplinaridade tem sido resolvida com o crescimento tanto dos cursos de pós-graduação de caráter disciplinar e como dos interdisciplinares, como será visto a seguir.

A interdisciplinaridade na Sociologia e nas Ciências Sociais

A criação de programas de pós-graduação em Ciências Sociais ou com composições envolvendo duas das disciplinas básicas, ou mesmo organizados em “temas” intensificou-se ao longo das duas últimas décadas. O modelo mais clássico pode envolver formação teórico-metodológica nas três disciplinas, e formação específica em uma das três áreas, através de engajamento em áreas de concentração ou linhas de pesquisa voltadas para uma das disciplinas básicas, as quais geralmente tratam da “cultura”, no caso da Antropologia, de “sociedade, organização social, mudança social”, quando se referem à Sociologia, ou de “política, participação e movimentos sociais”, ao abordarem temas da Ciência Política. Outro modelo de Programa de Ciências Sociais, organizado ora em uma perspectiva mais interdisciplinar, ora mais disciplinar, é aquele que se estrutura⁶ em torno de temas, tais

⁶ Esse modelo não é completamente novo. Cursos temáticos existiram no início da expansão da pós-graduação em Ciências Sociais, nos anos 1970 e 1980. Os programas dessa época, com esse formato, nem sempre resistiram às mudanças verificadas nas áreas de pesquisa, à perda de importância política da temática ou mesmo modismos teóricos. Exemplos disso são os programas que transitaram da concentração em temáticas específicas (sociologia rural, sociologia do desenvolvimento, sociologia industrial e do trabalho) para uma abordagem generalista no ensino e na pesquisa.

como a violência, defesa da cidadania, questão racial, gênero, sexualidade, entre outros.

O programa de pós-graduação mais tradicional num modelo de integração interdisciplinar é o da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que teve origem na constituição de três mestrados disciplinares (Antropologia, Política e Sociologia) com a formação doutoral integrada como Ciências Sociais em 1985. Mesmo com a transformação dos mestrados em programas completos, com doutorados – Sociologia, em 2003; Antropologia, em 2004 e Ciência Política, em 2006 –, o doutorado interdisciplinar foi mantido.

Na área de Sociologia e Ciências Sociais, passamos de 30 programas no triênio 1998-2000, para 53 em 2013. Destes, 25 são de Sociologia e 22 de Ciências Sociais, três de Ciências Sociais temáticos, e três mestrados profissionais (Capes, 2013). Esse crescimento vincula-se, principalmente, às políticas federais de expansão das universidades públicas e privadas iniciadas em 2003; a continuada expansão do ensino de graduação privado e o consequente crescimento do número de egressos de cursos de graduação em Ciências Sociais. Podemos acrescentar ainda a retomada do papel do estado como agente de desenvolvimento, e do crescimento econômico, a inclusão da Sociologia no ensino médio, assim como a multiplicação de ONGs vinculadas a políticas sociais, favorecendo, em grande medida, a situação de mercado desses profissionais.

Mas a expansão da pós-graduação interdisciplinar para além das fronteiras das Ciências Sociais *stricto sensu* foi a mais dramática (Capes, 2013b; Capes, 2013c). Desde a criação da Coordenação de Área Interdisciplinar (CAInter) da Capes, em 1999, o número de programas de pós-graduação passou de 46 para 512 em 2013, na agora denominada Grande Área Multidisciplinar. Esta grande área se subdivide em quatro áreas de avaliação: Materiais, Ensino, Biotecnologia e Interdisciplinar. Na área interdisciplinar, com 268 programas, 80 encontram-se na subárea de Ciências Humanas e Sociais. Esses programas englobam, além das disciplinas básicas das Ciências Sociais, outras como Economia, História, Comunicações, Letras e Direito. As coordenações das áreas de avaliação da Capes envolvidas, particularmente Sociologia e Ciências Sociais e a Câmara Técnica Sociais e Humanidades da área Interdisciplinar têm discutido, embora sem nenhum consenso até agora, a pertinência de um desdobramento da área Interdisciplinar em uma área de Ciências Humanas e Sociais que abarcaria esses Programas. Esses programas enfrentam, todavia, problemas relacionados ainda à baixa aceitação dos diplomas nas próprias universidades, que estão, em sua maioria, organizadas em torno de departamentos disciplinares.

Quadro 1. Distribuição dos programas de pós-graduação da área de Sociologia e Ciência Sociais da Capes por foco disciplinar ou temático – 2013

| Foco Disciplinar ou Temático | Instituição | Número |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Sociologia | Fundação Universidade Federal do Sergipe (FFSE) ^a , Universidade de Brasília (UnB), Universidade Cândido Mendes (Ucam), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) | 20 |
| Sociologia e Política ^b | Universidade Vila Velha (UVV) ^c , Universidade Estatal do Norte Fluminense (Uenf), Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc) | 3 |
| Sociologia e Antropologia | Universidade Federal do Pará (Ufpa) ^d , Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | 2 |
| Ciências Sociais | Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Pucmg), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Pucsp), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Pucrio), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Estadual Paulista – Araraquara (Unesp), Universidade Estadual Paulista – Marília (Unespmar), Universidade Federal da Bahia (Ufba), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJJ), Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Ufrn), Universidade Federal de Santa Maria (Ufsm), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) | 21 |
| Temáticos | Universidade Estadual do Ceará (Uece), Universidade Federal do Pará (Ufpa), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (Ufrb), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Ufrrj) | 4 |
| Profissionais | Fundação Joaquim Nabuco (Fjn), Universidade Estadual do Ceará (Uece), Universidade Federal do Pará. | 3 |

^a No site da Capes o programa da Fundação Universidade Federal do Sergipe (FFSE) aparece como de Ciência Sociais, mas de fato é de Sociologia, uma vez que modificou seu foco em 2012.

^b No site permanece o registro do programa em Sociologia e Política Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mas, de fato, ele foi extinto.

^c O programa da Universidade Vila Velha (UVV) aparece como Ciências Sociais, mas de fato é de Sociologia e Política, uma vez que o programa modificou seu foco em 2012.

^d No site da Capes o programa da Universidade Federal do Pará (Ufpa) ainda aparece como de Ciência Sociais, mudou para Sociologia e Antropologia.

Porém, a interdisciplinaridade nas Ciências Sociais se expressa de forma contundente no interior da própria Sociologia. A pós-graduação expressa o estado da arte de uma disciplina, porque os temas que organizam os esforços de pesquisas e as disciplinas ministradas indicam as tendências em termos de investigação e de formação de profissionais habilitados a capacitar outros profissionais em nível de pós-graduação e de graduação.

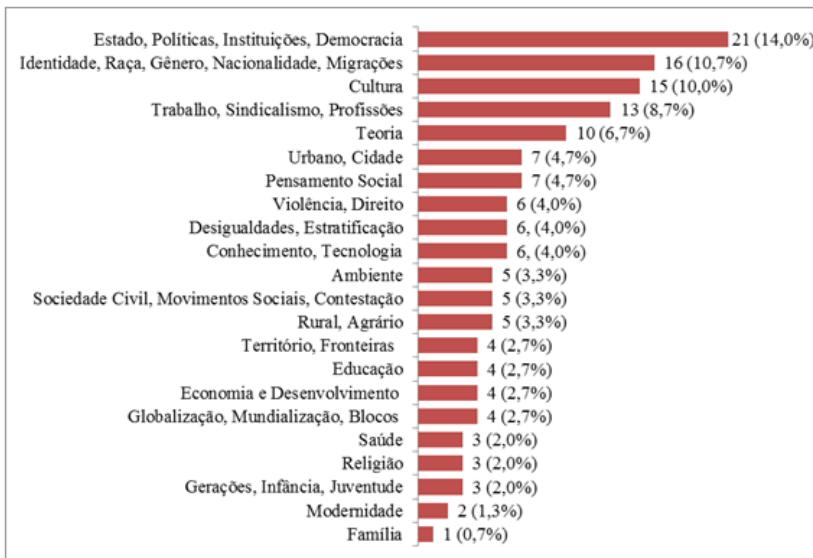
Fazemos aqui uma análise a partir de 95 linhas de pesquisas referentes a 18 dos 25 Programas de Sociologia, uma amostragem significativa do campo. O objetivo, ao não considerar na análise os programas com outros focos disciplinares, em Ciências Sociais ou temáticos, foi o de isolar a eventual viés que o foco interdisciplinar poderia produzir, uma vez que aqui interessava verificar como interdisciplinaridade se verificava no interior de programas disciplinares de Sociologia.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição das 95 linhas de pesquisa por 22 temáticas. Os programas de pós-graduação podem ter áreas de concentração (grandes temáticas, que podem ser uma ou mais) e/ou linhas de pesquisa. Em torno das linhas de pesquisa estruturam-se as disciplinas eletivas, os projetos de investigação dos docentes e discentes. Os grupos de pesquisa que agrupam pesquisadores e estudantes estão diretamente relacionados às linhas de pesquisa. Como uma linha pode abordar temas variados, 53 linhas foram classificadas em uma única categoria temática, mas 32 foram classificadas em duas; sete, em três e três em quatro temas de investigação diferentes, perfazendo um total 150 classificações. O tema “estado, políticas, instituições e democracia” foi o mais frequente, presente em 21 das 95 linhas analisadas. Nos 18 programas de pós-graduação examinados, foi o tema mais recorrente, encontrado em 16 deles. O segundo tema mais frequente foi “identidade, raça, gênero, nacionalidade, migrações”, encontrado em 16 das 95 linhas examinadas e presente em 13 dos 18 programas de Sociologia. A proporção de linhas de pesquisa e de programas de pós-graduação que abordavam o tema da “cultura” também se mostrou expressiva: 15 e 14, respectivamente. Interessante considerar que se trata de temáticas transversais, que não se referem, por exemplo, exclusivamente a um setor de políticas públicas ou a uma determinada instituição social.

O nível de interdisciplinaridade com que os programas de pós-graduação trabalham se expressa de outras maneiras. Das 95 linhas de pesquisa analisadas, 42 – 44%, portanto – tiveram que ser classificadas em mais de uma temática, mesmo sendo as três categorias mais frequentes caracterizadas pela transversalidade. Além disso, a variedade de temas encontrados nos programas mostra como a disciplina não concentra suas atenções em poucos temas; ao contrário, examina vários simultaneamente, sendo que a maior parte

deles envolve tratamento que requer instrumentos teórico-metodológicos que extrapolam inclusive o campo das Ciências Sociais. A dispersão temática também indica a multiplicidade de interesses dos sociólogos, em si mesmo um indicador indireto de interdisciplinaridade: quando aplicamos o “Índice de Variação Qualitativa”⁷ à distribuição das linhas por temas considerados encontramos um resultado ($IQV=0.95$) que sugere a existência de alta dispersão.

Gráfico 2. Distribuição das linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Sociologia e Antropologia por 22 temas de investigação – Brasil, 2013



Fonte: Sites dos 18 PPGs em Sociologia e do PPG em Sociologia e Antropologia da Área de Avaliação Capes ‘Sociologia e Ciências Sociais’, em 2013.

Fica evidente no gráfico acima a transversalidade presente nas linhas de pesquisa. Ela reflete não apenas a amplitude dos temas abordados pela Sociologia e sua imbricação com as demais ciências sociais em termos teóricos e metodológicos, mas também a especificidade da análise sociológica. Essa

⁷ Uma maneira de verificar o grau de homogeneidade é a aplicação do Índice de Variação Qualitativa (IQV) à distribuição de linhas de pesquisa por temas. O índice é essencialmente a razão da quantidade de variação que de fato é observada em uma distribuição de escores e o máximo de variação que pode existir na distribuição. O índice varia de 0,00 (sem variação) à 1,00 (variação máxima (Healey, 1993, p. 93).

especificidade, por sua vez, incorpora a contribuição das disciplinas próximas, sociologizando as contribuições de distintas tradições epistemológicas. De qualquer forma, essa transversalidade exige o permanente repensar da Sociologia enquanto disciplina e a formação de sociólogos assim como a formação em Ciências Sociais. Podemos pensar em Ciências Sociais apenas a partir das três disciplinas que formalmente as constituem?

Considerações finais

O debate desenvolvido no artigo permite que formulemos as seguintes questões: a) trata-se efetivamente de uma tendência interdisciplinar que orienta a organização de programas de Ciências Sociais ou seria motivada pela necessidade das instituições de ensino superior criarem cursos de pós-graduação, agrupando os professores disponíveis, para assim ter acesso a financiamentos em universidades recém-criadas em regiões periféricas? b) não seria uma forma de garantir carreira acadêmica e permanência a um corpo docente jovem produto da expansão do ensino superior e que depende da entrada na pós-graduação para se manter no “mercado” acadêmico? c) no caso das universidades privadas e confessionais, a interdisciplinaridade não seria consequência de um arranjo institucional de baixo custo tendo em vista que na área de Ciências Sociais a procura é relativamente restrita?

Os programas de Ciências Sociais e a diversidade de propostas e de organização expressam, por um lado, a busca da interdisciplinaridade como projeto, embora limitada a três disciplinas de Ciências Sociais *stricto sensu*; por outro, a necessidade da pós-graduação como forma de acesso a financiamentos de pesquisa e a inserção dos jovens professores e pesquisadores no sistema. Isto contribui para a consolidação de uma perspectiva acadêmica que não dissocia ensino e pesquisa, cabendo a pós-graduação um papel de garantia de qualidade. Os cursos, por serem auditados e avaliados trienalmente, procuram se adequar a padrões de qualidade internacionais, o que estabelece o acesso a verbas estatais, *grants* de pesquisa, maior prestígio na atração de estudantes, tendo como consequência a melhor qualidade nos cursos de graduação.

Esse conjunto de fatores permite que se formule uma questão objetiva para a área de Sociologia, que talvez seja incômoda para os sociólogos que se definem como cientistas sociais: a necessidade de enfrentar a perda da hegemonia da Sociologia no campo das Ciências Sociais. Provavelmente, a autodefinição como cientista social está presente mais entre os sociólogos do que entre antropólogos e cientistas políticos, porque estes estão mais preocupados com a estruturação do próprio campo e com a conformação de identidades profissionais.

Os sociólogos resistem a se definir como tal, como se isso representasse uma perspectiva limitada, fechada às tendências atuais do conhecimento, ou pior ainda, corporativa. Embora estudem movimentos corporativos, políticos e sindicais, eles apresentam certa resistência ao se referirem à própria atividade como carreira, ocupação ou profissão. Isto fica evidente em alguns cursos de ciências sociais que se propõem a ser “teóricos” e nos quais os alunos resistem a disciplinas voltadas à profissionalização, como se o mercado de trabalho fosse uma abstração que não lhes dissesse respeito.

Num recente debate com colega de outra área, este levantou uma questão digamos, genética, da disciplina: a naturalização da noção de hegemonia da Sociologia que, no entender de profissionais da Antropologia e da Ciência Política, sufocou por décadas as duas outras disciplinas nos departamentos de Ciências Sociais. Isso ajudaria a explicar boa parte das separações litigiosas que têm ocorrido em departamentos e programas de pós-graduação no país. Entretanto, esses eventuais conflitos, na atual expansão das três disciplinas, podem ser entendidos como dilemas do crescimento e da consolidação, enfrentados por ciências ainda relativamente jovens.

Deixando de lado questões político-epistemológicas e corporativas da constituição e consolidação das Ciências Sociais no Brasil, podemos afirmar que passamos por um bom momento, representado pelo fortalecimento das disciplinas que a constituem e de expansão do mercado de trabalho. É positivo que esse fortalecimento ocorra em um contexto sociopolítico de maior participação, de implementação de políticas públicas abrangentes, enfim, de maior democratização do país.

Desde sua origem, a Sociologia se debate com a especificidade de seu objeto, e um questionamento permanente a sua científicidade, assim como com ondas de crise nas quais se apregoa até mesmo o seu fim. Entretanto, a Sociologia é produto das crises de expansão do capitalismo, da “destruição criativa” que o caracteriza, reconfigurando, redefinindo, eliminando e criando instituições, atores, e movimentos sociais. Em outras palavras, a dinâmica social, objeto primordial da disciplina, redefine a própria Sociologia, que tem se mostrado dinâmica e reflexiva, incorporando saberes e contribuições de todas as formas de conhecimento, mas procurando tratá-los científicamente, incorporando de forma interdisciplinar diversas tradições, teorias e metodologias.

Referências

ABA – Associação Brasileira de Antropologia. *Histórico*. <www.portal.abant.org.br/index.php/features> (6 jul. 2013).

- ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. *Institucional*. <www.cienciapolitica.org.br/institucional/> (6 jul. 2013).
- ANPUH – Associação Nacional de História. *Anais do 26º Simpósio Nacional de História*. São Paulo, julho, 2011.
- BEAUD, S.; WEBER, F. Guide de l'enquête de terrain: produire et analyser des données ethnographiques. 4. éd. Paris: La Découverte, 2010 [1997].
- BURAWOY, M. Introduction – reaching for the global. In: M. Burawoy et al. *Global ethnography: forces, connections, and imaginations in a postmodern world*. Berkeley: University of California Press, 2000. p. 1-40.
- CANDIDO, A. Informação sobre a sociologia em São Paulo. In: *Ensaios paulistas: contribuição de O Estado de S. Paulo às comemorações do IV Centenário da cidade*. São Paulo: Anhembí, 1958. p. 510-521.
- CAPES. Relação de cursos recomendados e reconhecidos: Grande área: Ciências Humanas, Área de Sociologia, 2013 [on line]. <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisar&codigoArea=70200009&descricaoArea=CI%CANCIAS+HUMANAS+&descricaoAreaConhecimento=SOCIOLOGIA&descricaoAreaAvaliacao=SOCIOLOGIA>> (24 abr. 2013).
- CAPES. Documento de área 2009. Área de Avaliação Interdisciplinar. 2013b [on line]. <www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER03ago10.pdf> (20 abr. 2013).
- CAPES. Relação de cursos recomendados e reconhecidos, 2013c [on line] <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisaGrandeArea>> (20 abr. 2013).
- CAVALCANTI, M. L. V. C. A contemporaneidade da tradição intelectual da Escola Livre de Sociologia e Política: a obra de Oracy Nogueira. In: I. Kantor, I.; D. A. Maciel; J. A. Simões (Orgs.). *A Escola de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. Depoimentos. São Paulo: Sociologia e Política, 2009. p. 101-114.
- FARIA, L. C. Uma antropologia social tupiniquim? In: L. C. Faria. *Antropologia: espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993. p. 82-105.
- FERNANDES, F. *A Sociologia no Brasil*: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional/Bibliothèque Nationale de France. *A França no Brasil*. 2009. <<http://bndigital.bn.br/francebr/index.htm>> (31 maio 2013).
- HEALEY, Joseph F. *Statistics: a tool for social research*. Belmont: Wadsworth, 1993.
- LAURENT, Catherine. Plurality of science and rational integration of knowledge. In: John Symons; Juan Manuel Torres; Olga Pombo (Orgs.). *New approaches to the unity of science*. Dordrecht: Springer, 2010. p. 219-232.
- LIEDKE Filho, E. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, v. 7, n. 14, 2005, p. 530-540.
- MAIA, Ana B. F. As missões francesas na criação da Universidade de São Paulo: uma análise dos relatos e seus significados nos anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências

e Letras (1934-1949). *Anais do 26º Simpósio Nacional de História*. São Paulo, julho, 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação e Sociedade*, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

MEUCCI, Simoni. *A institucionalização da Sociologia no Brasil*: os primeiros manuais e cursos. Campinas: Unicamp, 2000.

MICELI, Sérgio (Org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.

OLIVEIRA, M. R.; ALMEIDA, J. Programas de pós-graduação interdisciplinares: contexto, contradições e limites do processo de avaliação Capes. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 8, n. 15, p. 37-57, 2011.

PEIRANO, Mariza G. S. A Antropologia como ciência social no Brasil. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 219-232, 2000.

POMBO, O. *Interdisciplinaridade*: ambições e limites. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.

REIS, Elisa P. et al. As Ciências Sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997 <dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300002> (3 jul. 2013).

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia. *Quem somos*. <www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=141> (6 jul. 2013).

SALLUM, B. Notas sobre a gênese da Sociologia Política em São Paulo. *Política e Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 73-86, 2002.

SEGATTO, José; BARIANI, Edison. As ciências sociais no Brasil: trajetória, história e institucionalização. *Revista Em Pauta*, v. 7, n. 25, p. 201-213, 2010.

SIMÕES, J. A. Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política. In: I. Kantor et al. *A Escola de Sociologia e Política*: anos de formação 1933-1953. Depoimentos. São Paulo: Sociologia e Política, 2009. p. 35-41.

TURNER, B. Sociology in the USA and beyond: a half-century decline? *Journal of Sociology*, v. 48, n. 4, p. 364-379, 2012.

WICKHAM, G. Sociology's object(s) and the discipline's relevance: introduction to the special issue. *Journal of Sociology*, v. 48, n. 4, p. 339-345, 2012.

Autor correspondente:

Jacob Carlos Lima

Rod. Washington Luís Km 235 – Monjolinho
13565-905 São Carlos, SP

Recebido em: 31 maio 2013

Aprovado em: 15 out. 2013